

**UM POETA A CRESCER NA ESCOLA E FORA DELA:
NOTAS AUTOBIOGRÁFICAS DE JOSÉ GOMES FERREIRA**

Carina Infante do Carmo
F.C.H.S. - Universidade do Algarve

A obra autobiográfica de José Gomes Ferreira (1900-1985) centra-se, com especial evidência, na narrativa de vida e na composição do auto-retrato de artista, vindo a acentuar, em crescendo, a força temática da infância. Assim o podemos ler desde *O Mundo dos Outros* (1950) até *Calçada do Sol* (1983), livros em que, mais ou menos esparsamente, acompanhamos um sujeito em aprendizagem, dentro e, sobretudo, fora da escola, a incarnar o valor do sonho, da liberdade e de uma profunda consciência histórica. Nesse sentido, o par escola/rua torna-se indispensável para a leitura deste *corpus* narrativo, como, de resto, o é para a compreensão trans-histórica do aparelho escolar e das suas representações no Ocidente¹.

Em José Gomes Ferreira, o binómio rua/escola vai além de uma simples disjunção espacial e simbólica, já que ele permite compor a auto-imagem do escritor e organizar o fio narrativo em torno da formação do poeta, da sua “Aventura Poética”, como se lhe chama em *A Memória das Palavras* (Ferreira, 1979: 11). Se, no autor em estudo, é inegável o contraponto entre a rua, como espaço de formação do poeta, e a escola, como lugar claustrofóbico de uma “infância estragada” (Ferreira, 1990: 85), a verdade é que ambas se congregam em benefício de um terceiro lugar: o caminho do poeta, a crescer dentro e fora da escola. Um lugar no espaço e, porque de escrita se trata, um lugar retórico, uma topografia na qual assenta a construção deste *eu* que se autobiografa.

É isso que identifico, desde logo, numa passagem lapidar de *A Memória das Palavras*, obra publicada, pela primeira vez, em 1965:

“Entretanto, enquanto esperava (em criança, já se vê), ? a escola, as ruas, o meu Pai a escancarar as janelas nas noites de tempestade, os livros, aquele burro a zurrar na Quinta da Charneca, os pregões, o regicídio, “trinta réis o salami, quem quer azeitonas novas”?, viva a República!, o mar que salgava as almas nos penedos da Foz do Douro, tudo, tudo me encaminhava para a Poesia. Até a desconcertante cabulice do meu comportamento escolar não lhe descobro outro sentido, por mais que raspe e torne a raspar no passado dos dias”. (Ferreira, 1979: 27).

Mesmo se isolado da sequência narrativa de *A Memória das Palavras*, que narra a maturação do escritor durante a primeira metade do século XX, o trecho acima transcrito evidencia dois aspectos significativos: por um lado, o narrador adulto não esconde o seu olhar em perspectiva e a falibilidade do discurso da memória, *raspada* “no passado dos dias” (*idem: ibidem*); por outro, a escola e a rua são secundarizadas em favor de um terceiro termo, espacializado e maiusculado, a “Poesia”, mergulhando-as no devir histórico e na exuberância dialógica da rua lisboeta, no limiar da década de 1910.

Embora, na obra de José Gomes Ferreira, se torne cada vez mais recorrente o tópico escolar, é, todavia, num texto fragmentário de 1950 que extensamente se desenvolve a figuração da escola e da rua². Falo, em concreto, de “Infância estragada. Memórias em forma de panfleto frustrado” que integra a colectânea *O Mundo dos Outros. Histórias e Vagabundagens* (Ferreira, 1990: 85-103). Coincidindo já com a maturidade literária do seu autor³, este livro de 1950 resulta, na sua maior parte, da recolha de crónicas publicadas por José Gomes Ferreira na revista *Seara Nova*, entre Maio e Setembro de 1945, sob o título “O espectáculo das ruas”. De formas diversas, essas crónicas captam cenas e vozes do quotidiano de uma Lisboa entristecida e

grotesca, onde grassam o medo, a violência, mais ou menos surda, e o servilismo resignado; eis a cidade modelada pelo salazarismo e pelo ideal dos *brandos costumes* que o cronista se encarrega de pôr a nu nas suas contradições, em deriva sonâmbula pelas ruas⁴.

Curiosamente, “Infância estragada” não pertence a esse lote inicial de crónicas, depois revistas para serem incluídas em *O Mundo dos Outros*, e só conheceu a publicação em livro. Distingue-se também desse conjunto de textos por um segundo motivo: sob a forma de notas autobiográficas, o texto recua aos primeiros anos da I República, na década de 10 do século XX, e à infância do escritor, não sem estabelecer paralelos subtis com o presente de escrita, que se pressupõe ser o da ditadura salazarista. Entre a auto-ironia e a evocação saudosa, é constante a crítica mordaz à instituição escolar e, em particular, aos professores. É disso prova a composição do seguinte retrato:

“[O professor de Matemática] Era um senhor alto, ventruado, glabro, de lunetas cónicas e feições gelidamente irónicas que olhava para nós como para feras de bibe e calção capazes de, ao mínimo descuido do domesticador, saltarem para o estrado, comerem-no vivo, roubarem-lhe a caderneta, partirem-lhe o ponteiro na calva e escreverem no quadro, a giz, a divisa libertadora: ‘Abaixo as equações! Viva o jogo da barra!’” (Ferreira, 1990: 87).

Sob o olhar retrospectivo do *eu*-adulto, a caricatura depreciativa do professor “domesticador” (*idem: ibidem*) não confirma verdadeiramente a sua posição da autoridade, porque surge contrariada pelos alunos, arredios à esquadria sufocante da sala de aula e à moldagem dos seus espíritos. A ‘assunção colectiva e solidária de um “nós” que agrega os jovens só vem reforçar a capacidade (relativa, é certo) de afrontar o poder e de vencer as paredes opressivas da escola, com a valia subversiva (quase pícara) do jogo e da energia sensorial.

O retrato dos professores chega a ganhar o traço grotesco, desfigurado, macabro até: “[...] as figuras dos professores, *hirtos como afogados*, a rechearem-me a cabeça de ciência inútil, enquanto lá por fora refulgia o céu azul para onde me apetecia dar um salto voador através das janelas” (*idem*: 89). O olhar retrospectivo do adulto nunca deixa de sublinhar a força inquebrantável da individualidade infantil. Graças à comparação, por mim destacada a itálico, torna-se evidente uma prática corrente na escrita de José Gomes Ferreira: a capacidade de a figura comparativa instaurar a “intermitência das imagens” (Frias, 2002: 127) e de funcionar como “tropa-limite, onde a elocução realista se intersecciona com a imagem surrealista” (*idem: ibidem*) ou expressionista, acrescentaria eu. Neste caso, sob névoa da memória afectiva, a distorção da imagem dos professores, angustiada, nocturna e pesada, encontra compensação, solar, aérea e aberta, no espaço alternativo da rua, que anuncia a redenção da liberdade possível, a da brincadeira: “[...] mal tangia a sineta da saída –ala que se faz tarde. Corríamos aos pinotes de cabritos e a nossa efervescência só amortecia quando os sapatos se esverdeavam da frescura áspera das ervas” (Ferreira, 1990: 90).

Como se pode ver, nunca se chega ao discurso do trauma, contido pelo doseamento da ironia e da auto-ironia que filtram o humor do enunciado evocativo. Se a narração é parcial face ao passado, a partir do lugar e do olhar adultos, não são menos importantes os meios de controle afectivo ou, em alternativa, de exibição histriónica da voz enunciativa que, nessa oscilação, tenta fazer a catarse das dores ou a moderação sensata das memórias gratas, guardadas desde a infância. O subtítulo “Memórias em forma de panfleto frustrado” (*idem*: 85) antecipa e exhibe, na sua criatividade genológica, essa oscilação humoral e as tentativas, mais ou menos eficazes, de tomar as rédeas de um discurso emocionado. Um discurso de memória, por força selectivo, contencioso e partidário, que se descobre sempre em falta, pela simples razão de compor a figura de um *eu* que já é outro, há muito.

Senão vejamos o que se diz a propósito da instituição do exame:

“Mal penso nisso [nos exames], rompe-se-me logo na alma o desejo intenso de escrever um panfleto com este título em forma de clamor: HUMILHARAM-ME!

Sim, humilharam-me.

Tudo o que resplendia em nós –de belo e de moço– tombava desfeito em medo.

[...]

Deixávamos de ser crianças temporariamente. Envelhecíamos. Arrastávamo-nos por essas ruas com armazéns pesadíssimos em cima dos ombros –a imitarem cabeças” (*idem*: 95).

Fica aqui patente a capacidade de exibição enunciativa, desenvolvida no pressuposto de uma plateia, potencialmente objectora, e da simulação de oralidade e performatividade: assim se compreende a marca reiterativa do advérbio de afirmação, a antecipar interpelações adversas (“Sim, humilharam-me”); assim se evidencia o contraste entre a maiúscula e a minúscula da palavra “humilharam-me” e do branco gráfico que as separa. Daí resultam a excentricidade da voz enunciativa e o efeito distanciador do adulto em relação à sua personagem infantil. No balanço crítico sobre a escola e sobre os seus agentes de poder, a rememoração organiza os seus recursos discursivos e retóricos de forma a sublinhar, em causa própria, a singularidade do poeta em aprendizagem, insurgente contra a rotina e a subordinação disciplinar. Ora, é justamente através da *persona* infantil e do ataque cerrado aos professores que se trabalha o auto-retrato eufórico do poeta adulto⁵:

“Só davam importância aos bocados de livros que sobrenadavam dentro de mim a fingirem de inteligência, a fingirem de coração, a fingirem de alma. (Parvos! Nunca nenhum deles percebeu que eu escrevia versos às escondidas)” (*idem*: 98).

O parênteses final não deixa dúvidas quanto ao orgulho egocêntrico da educação do poeta, à margem da instituição escolar.

Sempre controladas pela destreza afectiva da rememoração, as imagens da escola da I República são, entretanto, postas em paralelo subtil com a escola do presente, opressivo e castrador, do salazarismo:

“A liberdade, amarga e doce, obtida, *ontem como hoje, como amanhã, como sempre*, à custa de sacrifícios sem nome: de zeros, ralhos, incompreensões, quartos escuros, puxões de orelhas, ponteiradas nos dedos, reprovações, descomposturas da família, e caretas, muitas caretas, imensas caretas” (*idem*: 91; itálicos meus).

Ainda mais clara se mostra uma citação posterior que faz o mesmo confronto histórico sobre a escola, em tempos diferentes: “Porque a escola, *tal como hoje*, já no meu tempo era a grande fábrica da ciência provisória, para esquecer” (*idem*: 96; itálico meu).

Este gesto retórico comparativo, que coloca em perspectiva as memórias pessoais da escola e que, com isso, sustenta uma avaliação corrosiva da contemporaneidade, leva-me a trazer à colação a vaga adolescentista que dominou parte significativa da ficção portuguesa das décadas de 30 a 50. O exemplo de “Infância estragada” ganha ainda mais interesse se posto em diálogo com esse filão narrativo. Com ele posso interrogar o intenso investimento metafórico que a ficção portuguesa atribuiu, nos meados do século XX, à infância/adolescência, à escola e à própria noção de aprendizagem, não sendo elas imunes ou parte passiva nos conflitos ideológicos da sociedade portuguesa, sob o salazarismo.

Logo em 1955, Jorge de Sena interpretou a primeira metade do nosso século XX literário em função do eixo temático do adolescentismo, entendido como “inevitável entre homens que viram politicamente anuladas as suas virtualidades de realização viril” (Sena, 1988: 81). Claro que, nesta afirmação, Sena não está a atribuir à literatura uma mera função documental, no caso do contexto da ditadura. Em causa está, isso

sim, um entendimento da literatura no diálogo com a história e como construção antropológica, capaz de imaginar, questionar e re-inventar os humanos e o mundo onde vivem. Afinal de contas, ela é um discurso social a que afluem e de que dimanam os debates e as tensões ideológicas de cada *aqui-agora* da escrita e da leitura.

Dentro da vaga adolescentista –e Jorge de Sena não o esquece– destaca-se um número apreciável de narrativas de internato que, desde os finais do anos 30 até meados da década de 50, exploraram, em parte ou na totalidade da ficção, o tópico da aprendizagem juvenil masculina. Esta é posta à prova no espaço escolar concentracionário e potencia uma interpretação metafórica do Portugal repressivo daquele tempo e dos sinais de contestação subversiva⁶. Organizada dialecticamente entre as metáforas da “preensão” e da “recusa”, como lhes chamou Maria Alzira Seixo (1986: 82-92), estes romances dão relevo ao enclausuramento escolar e à luta, mais ou menos bem sucedida, do aluno interno contra a ordem castradora. A mobilidade do rapaz entre a casa familiar e o mundo social surge intermediada pela prova do internato, onde, em regra, ele ganha uma dimensão simbólica humanista, como agente de irreverência ou de expressão livre da consciência e, mesmo, da sexualidade⁷. Dada a sua potência metafórica, a personagem infantil ou jovem é investida por ideais de que a sociedade então se via privada. Ao insistir na valorização (progressivista) da aprendizagem, rumo à idade adulta, está-se, afinal de contas, a evitar uma imagem mais estática do protagonista que, em crescimento, não chegasse ao saldo da maturação. Como já fiz notar noutra lugar (Carmo, 1998: 44), o conservadorismo moral e a atrofia política do nosso país explicam, em grande medida, a necessidade prolongada dessas metáforas utópicas e compensadoras e o atraso na figuração autónoma da infância e da adolescência em relação ao adulto, com os valores do jogo, da violência, da incomunicação ou da morte.

Na medida em que combinam o tradicionalismo sequencial da narrativa e a confiança humanista, estes romances de internato constroem-

se na base do olhar retrospectivo que assume, não raro, a marca da ficção autobiográfica. Duas consequências decorrem deste facto. Por um lado, cabe ao narrador adulto a ordenação temporal e ideológica de uma vida, acompanhada até à beira da maturidade, sem deixar grande rasto, no acto enunciativo, da deriva, do esquecimento e da efabulação, inerentes à memória da vida passada. Por outro, modela-se o protagonista segundo figurinos de fabrico adulto: o sobrevivente meio pícaro, presente em *Uma Luz ao Longe* (1948), de Aquilino Ribeiro, ou, mais frequentemente, o herói irremediavelmente esmagado pela autoridade escolar. Encontramo-lo, por exemplo, na desolação do seminarista de *Manhã Submersa* (1954) que só escapa à escola-prisão pela mutilação física, perpetuando no narrador adulto a condição de refém do trauma. A este propósito, chamo a atenção para a metáfora-oxímoro daquele título de Vergílio Ferreira, cujo significado inegavelmente trágico antecipa uma disjunção espacial muito rígida, vivida pelo protagonista, entre o seminário, a paisagem exterior mais próxima e a aldeia natal: em síntese, entre a escola e a rua, para recuperar o binómio genérico de que parti no começo deste trabalho.

Sem grande dificuldade é notório que *Manhã Submersa* configura um universo ficcional oposto ao de “Infância estragada”, de José Gomes Ferreira. Se ambos os títulos dão nome disfórico à etapa escolar de um jovem, a verdade é que o segundo não se exime ao efeito auto-irónico do adjectivo “estragada” e à relativização das dores juvenis, logo conseguida pela criatividade genológica do subtítulo: “Memórias em forma de panfleto frustrado”. Acresce ainda um outro pormenor importante: *Manhã Submersa* induz a nossa interpretação na via da metáfora, enquanto “Infância estragada” segue uma lógica mais analítica, garantida pela comparação, com a qual se perspectiva historicamente o relato autobiográfico da experiência escolar. O lugar por excelência da aprendizagem é, neste caso, não tanto a escola, mas a rua, onde a história colectiva se inscreve em pleno⁸. O longo trecho que agora transcrevo comprova essa realidade, quando recompõe a rua republicana e a sua conhecida normalidade da agitação, provocada,

neste caso, pelos comícios, e também por um sem número de cortejos, greves, atentados, sabotagens, intencionas, revoluções que agitaram os dezasseis anos do regime, entre 1910 e 1926:

“Adorava aquela berraria de revolução débil como os rapazes de hoje se apaixonam pelo futebol. Sabia de cor os nomes dos tribunus. Conhecia-lhes o estilo, as imagens predilectas, os argumentos infalíveis e as apoteoses finais com girândolas de pombas e palavras a estoirarem fósforos de cor. [...] E todos, em redor de mim, faziam o mesmo.

Aplaudiam e berravam e choravam e cantavam como se aquela chusma de homens de “pêra” romântica tivessem exactamente a mesma idade do que eu e usassem também, por dentro, calções até aos joelhos e colarinhos à bebé onde apetecesse escrever “vivas à República” com o sangue dum dedo picado.

[...] a recordação dos comícios, tão arreigados em mim, não me quis abandonar, nem à força de duchas da razão. Persistiu. Resistiu. Insistiu. Continuou.

[...] é possível que todo aquele fogo humano e purificador fosse, afinal de contas, projectado pela minha alma de colarinhos à bebé.

E eu, infelizmente, já envelheci.

E o mundo, à minha roda, também envelheceu ao mesmo tempo que eu. (Mas não há meio de morrer, o estafermo!)” (Ferreira, 1990: 92-94).

A experiência inolvidável dos comícios dá azo à recordação saudosa de quem, no presente, se vê dolorosamente privado dessa manifestação pública de opinião livre. Claro que não faltam as expressões de atenuação irónica que tornam mais comedida a evocação: por exemplo, “berraria de revolução débil” (*idem*: 92) e, sobretudo, “apoteoses finais com girândolas de pombas e palavras a estoirarem fósforos de cor” (*idem*: 93). Nem por isso é menos comovido o retrato da moldura fraterna que congregava uma “chusma de homens de ‘pêra’ romântica” (*idem*: *ibidem*) e o próprio poeta-menino, num coro de apoio uníssono à República. Esta

evocação é, entretanto, modelada pela perspectivização histórica que faz o contraste com o mundo presente da escrita, onde impera o silêncio coercivo das ruas. A encerrar a citação, há um parêntese que desdobra graficamente a voz do *eu*; que lhe dá energia histriônica e excêntrica: nele deixa-se escapar o desejo amargo e ambíguo de ver acabado esse “estafermo” (*idem*: 94), que tanto pode ser o ambiente repressivo envolvente como o próprio ditador, no seu comando orgulhosamente só⁹.

A exuberância da rua é, pois, terreno fértil de sonho e de aprendizagem em liberdade para o *eu*-poeta, a ponto de aquela contaminar a escola. É o que sucede com a Festa da Árvore, uma manifestação de religiosidade cívica, de evidente ascendente revolucionário, que os republicanos portugueses promoveram desde os últimos anos da Monarquia e já proclamada a República, com especial empenho e fulgor, entre os anos de 1913 e 1916¹⁰. Em “Infância estragada”, é lembrada a festa de 12 de Março de 1911, em Lisboa, a primeira organizada com apoio inequívoco do novo regime político:

“E então o Sr. Professor, em voz rouca que não se harmonizava com o viço primaveril da manhã, pronunciou um pequeno discurso pagão. Referiu-se às plantas, aos frutos e aos ninhos. Recomendou-nos que não fizéssemos mal aos pássaros. Encheu-nos de flores de retórica. Repetiu o eterno hino à liberdade. E a suar, numa girândola final, rogou-nos que cantássemos, em coro, a ‘Sementeira’” (Ferreira, 1990: 99).

Voltamos a ter um retrato irónico do professor, revelador do desajuste entre a habitual atitude repressiva e o idealismo bucólico do discurso e da cerimónia, que pretendia estimular a individualidade infantil, em contacto íntimo com a natureza. Ficam, deste modo, expostos os limites da utopia educativa republicana, confrontada com a prática pedagógica do tempo. Em reforço desse contraste, chegamos à sexta e última sequência de “Infância estragada” e aí se conta como o jovem poeta “possuía na gaveta toda a Natureza metrificada e escrita

num caderno” (*idem*: 101), escolhendo para ele um “título de sabor botânico” (*idem: ibidem*), sem ao menos saber reconhecer a flor nele referida: *Lírios do Monte* (1918).

A ironia do relato não obsta, todavia, a que a Festa da Árvore seja uma memória grata da infância, determinante para as convicções democráticas do escritor, como o foram também as leituras de Victor Hugo ou, mais ainda, o exemplo do pai-herói, maçónico e protagonista de relevo na política republicana:

“Durante alguns minutos trabalhámos com fervor, num arder de olhos em festa –contentes por mexermos em terra, ébrios do cheiro das plantas e das raízes, sob o azul envolvente daquela manhã fecunda [...].

Senti ingenuamente, infantilmente –como todos os meninos sentiam em 1911–, que a minha liberdade ficava talvez unida para sempre àquele ser preso ao solo por raízes tão fracas e tenras. Senti...

Mas o Sr. Professor não me deixou sentir mais. Ordenou com *secura* que formássemos a dois e dois.

E daí a pouco tempo deslizávamos outra vez para a escola como um rebanho cívico que cumprira já o seu dever burocrático e diligente de cantar a “Sementeira” e de arremessar algumas pazadas de terra para uma cova” (*idem*: 99-100).

Mesmo se depreciada pelas expressões “rebanho cívico” (*idem*: 100) e “dever burocrático e diligente de cantar” (*idem: ibidem*), aos olhos emocionados do adulto, aquela é uma cerimónia matricial para o seu sentido de liberdade e para a sua assumida inscrição na história: “Senti ingenuamente, infantilmente –como todos os meninos sentiam em 1911 [...]” (*idem: ibidem*). Sempre com a ressalva brandamente crítica sobre o passado infantil, assume-se, sem dúvida, a rua como lugar-memória das vivências mais fundas do poeta a crescer: ela que, à distância da recordação, invade a escola e que, no presente doloroso de escrita, guia a escuta incansável dos homens e do seu devir histórico.

Notas

- ¹ Para pensar a historicidade do sistema de representações sociais que configura(ra)m a escola, na articulação com a rua, tenho em consideração, entre outras referências bibliográficas, Michel Bouillé: *L'École, Histoire d'une Utopie?* (1988) e a comunicação de Paulo Varela Gomes, apresentada no seminário "A Escola, os Média e a Rua", organizado pela Fenprof, Instituto Irene Lisboa e revista *Vida Mundial*, em 20 de Novembro de 1998.
- ² Num elenco breve da temática escolar em José Gomes Ferreira, saliento, por ordem cronológica: na poesia, a série *Memória-I 1957-1958*, publicada em *Poesia-IV* (1973); e na prosa, "Infância estragada", de *O Mundo dos Outros* (1950); os capítulos I-IV de *A Memória das Palavras* (1965); "Episódio político da infância", de *O Irreal Quotidiano* (1971); algumas crónicas reunidas no capítulo "O passado, memórias da 1ª República", de *Revolução Necessária* (1975); "Autobiografia do coleccionador vista através de um espelho torto", de *Coleccionador de Absurdos* (1978); e *Calçada do Sol* (1983).
- ³ José Gomes Ferreira publica, ainda jovem, dois livros de poesia, *Lírios do Monte* (1918) e *Longe* (1921), identificáveis com a matriz neo-romântica que, então, dominava o panorama literário português. No entanto, só no final da década de 40, voltará a publicar em livro: *Poesia-I* (1948) e *Poesia-II* (1950). Este longo interregno garantir-lhe-á a absorção da arte modernista e a maturação no quadro histórico-literário da modernidade pós-Pessoa. É justamente nesta fase da sua produção que se integra a colectânea narrativa *O Mundo dos Outros* (1950).
- ⁴ A crónica "Brandura de costumes" não se fica pela denúncia dos consensos impostos hegemonicamente no dia-a-dia lisboeta; questiona a unicidade patriótica, forjada pela propaganda nacionalista do regime de Salazar, no sentido de anestesiar a colectividade e de a convencer da sua *brandura de costumes*: "Que significará, em verdade, esta locução? Dessoramento, fraqueza letal, debilidade, atonia, músculos de algodão em rama? Ou, antes, certo pendor para encolher os ombros diante da tirania e da injustiça, sem outra reacção às ofensas que o espumar de retaliações teóricas, sentindo na boca o espectro da baba longínqua da sagrada sanha de Nuno Álvares e outros defuntos retóricos da nossa gloriosa família comum?" (Ferreira, 1990: 196). Convém não esquecer o relevo histórico desta série cronística de José Gomes Ferreira, publicada na *Seara Nova*, revista cultural de orientação republicana, fundada em 1921, e que, em 1945, participa no ascenso oposicionista, estimulado pelas grandes esperanças do pós-guerra.
- ⁵ Importa, em todo o caso, não omitir as excepções a esta depreciação sistemática dos educadores. Apesar de não se compararem ao magistério mitificado do pai, Alexandre Ferreira, surgem, em *A Memória das Palavras*, alguns exemplos positivos de professores, justamente aqueles que souberam reconhecer neste sujeito o escritor em potência. Primeiro, na escola primária, duas excepções à "coorte de inimigos que [o] perseguiram, odiosos" (Ferreira, 1979: 27): o Padre Fiadeiro e o Dr. João Soares, por sinal, um monárquico e o outro emérito republicano (*idem*: 28-29). No Liceu Gil Vicente, conhece uma plêiade de

professores, destacados intelectuais republicanos, como Câmara Reys e, sobretudo, Leonardo Coimbra, que lhe deu a ler a obra de Raúl Brandão, que o introduziu num certo convívio intelectual de Lisboa e lhe "incutiu a concepção da Poesia como voz do homem na Terra acossado pela Morte e pelas estrelas" (*idem*: 45).

- ⁶ Salientam-se vários romances que elegeram o percurso de um jovem ou de um grupo de jovens colegiais, protagonizando as expectativas de mudança e de consciência individual, contra o esmagamento do internato, seja ele religioso, militar ou laico. São exemplo desse subgénero romanesco: Fernando Namora, *As Sete Partidas do Mundo* (1938); José Régio, *Uma Gota de Sangue* (1945); João Gaspar Simões, *Internato* (1946); Aquilino Ribeiro, *Uma Luz ao Longe* (1948); José Marmelo e Silva, *Adolescente* (1948); revisto dez anos depois, com o título *Adolescente Agrilhado*; Vergílio Ferreira, *Manhã Submersa* (1954) e Alexandre Cabral, *Malta Brava* (1955). Por sinal, só os anos 50 potenciaram um crescendo de autoras e de temas da adolescência feminina, não necessariamente centrados no internato: lembro os romances de Celeste Andrade, Fernanda Botelho, Maria Judite de Carvalho e, claro, Irene Lisboa. Sobre a figuração da escola na literatura portuguesa, veja-se a antologia de poesia e narrativa, preparada por António Nóvoa e Jorge Ramos do Ó (1997).
- ⁷ Em tempos de inibição violenta do debate político, transitaram para o campo cultural (nomeadamente para as revistas culturais) e para a comunicação literária, em particular, muitos dos conflitos ideológicos da sociedade portuguesa de então. Como domínio privilegiado de reflexão e refração sociais, o romance de internato constituiu uma das respostas contra-hegemónicas mais significativas à modelação salazarista da juventude e da escola, erigida sob as cinzas do projecto republicano. Considero-o, aliás, na confluência com outros discursos que, a seu modo, consolidaram a eficácia de um frentismo político-cultural antifascista, sobretudo a partir do pós-guerra: o ensaísmo pedagógico adverso ao edifício salazarista, da inculcação ideológica e da doutrinação moral dos jovens; a mobilização política da juventude, assumida pelo MUDJuvenil (1946), dez anos depois da organização da estrutura para-escolar oficial da Mocidade Portuguesa; ou o debate acerca da literatura para crianças e jovens, oscilando entre a concepção humanista exposta, em 1940, por Carvalho Lima, no periódico neo-realista *Sol Nascente*, e o modelo nacionalista e puritano, sintetizado numa nota de imprensa da Direcção dos Serviços de Censura, em 1950. Quanto à ordem salazarista da escola, destaco os estudos de António Nóvoa (1997) e Manuel Loff (1998).
- ⁸ A relevância da rua para a aprendizagem juvenil, já verificada em *A Memória das Palavras*, é nítida no título da última obra publicada em vida por José Gomes Ferreira: *Calçada do Sol. Diário Desgrenhado de um Homem Qualquer Nascido no Início do Século XX* (1983). Com nome inventado numa Lisboa rememorada, a Calçada do Sol funciona como lugar, solar e mítico, de formação do eu-escritor que assume a historicidade de ser testemunha e representante do seu século.
- ⁹ Em *Revolução Necessária* (1975), colectânea de crónicas publicadas na imprensa, em pleno período revolucionário, José Gomes Ferreira define a sua natureza de "escritor político" (Ferreira, 1975: 141), na medida em que vive e compreende a urgência e a exaltação do

momento, “com o destino de se recordar e fazer comparações entre o que vi[u] e não vi[u]” (*idem: ibidem*): ou seja, em função da lembrança pessoal de todo o século XX. Por isso, a sua escrita denuncia um cariz meditativo de *intervenção sonâmbula*: para o cronista, evocar as vivências da ditadura significa combater os “miasmas do sepulcro da Anti-República salazarista” (*idem: 122*) e admirar as ruas cheias de gente, em 1974, traz-lhe à memória os comícios republicanos dos anos 10 e a “atmosfera dos combatentes pela liberdade nas barricadas românticas dos nossos pais pequeno-burgueses” (*idem: 133*).

- ¹⁰ Integrando a cultura escolar e social republicana, a Festa da Árvore foi uma iniciativa, de simbologia sincrética, que implicava as ideias de congregação, formação e promessa sociais. Integrou o projecto cívico republicano, na medida em que tentou consolidar, no seio da escola, o sentido de comunidade e de memória colectivas, por meio do contacto com a natureza e da promoção do hino e da bandeira republicanas ou da figura de Camões. José Gomes Ferreira deixou testemunho impressionante desse ambiente nas crónicas “A bandeira” e “Camões, grande Camões”, em *Revolução Necessária* (Ferreira, 1975: 129-132 e 139-141). Sobre a Festa da Árvore e a formação cívica dos cidadãos na escola primária da Primeira República, leia-se Joaquim Pintassilgo, 1998.

Referencias bibliográficas

- BOUILLÉ, Michel (1988): *L'École, Histoire d'une Utopie. XVIIe.-Début XXe. Siècle*. Paris, Rivages.
- CARMO, Carina Infante do (1998): *Adolescer em Clausura. Olhares de Aquilino, Régio e Vergílio Ferreira sobre o Romance de Internato*. Faro/Visu, Universidade do Algarve/Centro de Estudos Aquilino Ribeiro.
- CARVALHO, Lima (1940): “Para uma literatura infantil real e humana”, *Sol Nascente*, Porto, n.º 45, 15 abril: 15.
- Direcção dos Serviços de Censura à Imprensa: “Literatura infantil: As publicações destinadas a leitores jovens obedecerão de futuro a novas normas que visam a dar-lhes função educativa”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 Setembro: 1 e 4.
- FERREIRA, José Gomes (1975): *Revolução Necessária*. Lisboa, Diabril.
- (1979) [1965]: *A Memória das Palavras-I ou o Gosto de Falar de Mim*, 4.ª ed. Lisboa, Moraes.
- (1990) [1950]: “Infância estragada”, in *O Mundo dos Outros. Histórias e Vagabundagens*, 8.ª ed. Lisboa, Dom Quixote: 85-103.
- FRIAS, Joana Matos (2002): “José Gomes Ferreira, caçador de imagens”, in *Viagem do Século XX em José Gomes Ferreira*, org. Isabel Pires de Lima, Rosa Maria Martelo e Pedro Eiras. Porto, Campo das Letras: 115-131.
- GOMES, Paulo Varela (1998): Comunicação apresentada ao Seminário “A Escola, os Media e a Rua” (trabalho não publicado; versão policopiada), org. Fenprof/ *Vida Mundial*/ Instituto Irene Lisboa. Lisboa, Auditório do Montepio Geral, 20 Novembro, 17 pp.
- LOFF, Manuel (1998): “As grandes directrizes da ‘Nova Ordem’ educacional salazarista e franquista nas décadas de 1930 e 1940”, in MAGALHÃES, Justino (org.): *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga, Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia/Centro de Estudos em Educação e Psicologia: 311-331.
- NÓVOA, António (1997): “A ‘Educação Nacional’ (1930-1974): Análise histórica e historiográfica”, in ESCOLANO, Agustin e FERNANDES, Rogério (eds.): *Los Caminos Hacia la Modernidad Educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora, Sociedad Española de Historia de la Educación/Sociedade Portuguesa de Ciência de Educação-Secção de História da Educação/Fundación Rei Afonso Henriques: 175-203.
- NÓVOA, António e Ó, Jorge Ramos do (org.) (1997): *A Escola na Literatura. 40 Textos de Autores Portugueses*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação.
- PINTASSILGO, Joaquim (1998): *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Colibri.
- SEIXO, Maria Alzira (1986) [1983]: “As metáforas da preensão e da recusa – a adolescência na ficção: *Jean-Christophe*, *Casa na Duna* e *Manhã Submersa*”, in *A Palavra do Romance. Ensaios de Genologia e Análise*. Lisboa, Horizonte: 82-92.
- SENA, Jorge de (1988) [1955]: “Tentativa de um panorama coordenado da literatura portuguesa de 1901 a 1950”, in *Estudos de Literatura Portuguesa-II*. Lisboa, Edições 70: 59-86.